

20. CN ROYAL, LDA – LEI 4-C/2020 – RENDAS - COVID-19:

Submete-se à consideração do Executivo Municipal proposta no sentido de isentar do pagamento das rendas do espaço do bar das piscinas da Rodovia, sito no Complexo da Rodovia, desde o início do contrato celebrado, datado de 1 de julho de 2020, ao arrendatário CN Royal, Lda, representado por tudo de acordo com as informações contantes do processo.

INFORMAÇÃO

A Organização Mundial de Saúde qualificou, no dia 11 de março de 2020, a emergência de saúde pública ocasionada pela doença COVID-19 como uma pandemia internacional, constituindo uma calamidade pública.

Foi ainda declarado o estado de emergência em Portugal, através do Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020, de 18 de março, regulamentado pelo Decreto n.º 2-A/2020, de 20 de março, que aprovou um conjunto de medidas excecionais e extraordinárias.

Tais medidas foram prorrogadas e, entretanto, foram novamente aplicadas em janeiro de 2021.

A pandemia da doença COVID-19 é formalmente reconhecida como um evento excecional com consequências graves para a economia, nos termos do artigo 107.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia.

As consequências desta pandemia para a economia exigem a adoção de medidas urgentes tendo em vista a proteção das empresas, para assegurar o reforço da sua tesouraria e liquidez, atenuando os efeitos da redução da atividade económica, o que o Município de Braga fez.

A Lei n.º 4-C/2020, de 6 de abril, estabelece no seu artigo 11.º, que:

“1 - Sem prejuízo do disposto nos artigos anteriores, as entidades públicas com imóveis arrendados ou cedidos sob outra forma contratual podem, durante o período de vigência da presente lei, reduzir as rendas aos arrendatários que tenham, comprovadamente, uma quebra de rendimentos superior a 20 % face aos rendimentos do mês anterior ou do período homólogo do ano anterior, quando da mesma resulte uma taxa de esforço superior a 35 % relativamente à renda.

2 - O disposto no número anterior não se aplica àqueles que sejam beneficiários de regimes especiais de arrendamento habitacional ou de renda, como o arrendamento apoiado, a renda apoiada e a renda social.

DMG / DF / DIVISÃO DE PATRIMÓNIO

3 - As entidades públicas com imóveis arrendados ou cedidos sob outra forma contratual podem isentar do pagamento de renda os seus arrendatários que comprovem ter deixado de auferir quaisquer rendimentos após 1 de março de 2020.

4 - As entidades públicas com imóveis arrendados ou cedidos sob outra forma contratual podem estabelecer moratórias aos seus arrendatários.”

Assim, face ao solicitado por parte da requerente CN Royal, Lda, à informação da divisão de Serviços Jurídicos e Contencioso prestada no processo relacionado com um pedido semelhante do adjudicatário do Picoto Park, informa-se que existe fundamento legal para o deferimento da pretensão.

Braga, 14.07.2021

O Chefe de Divisão de Património



BRAGA
Município

DEPARTAMENTO DE DESPORT, JUVENTUDE, ASSOCIATIVISMO E PARTICIPAÇÃO CÍVICA

Nº Informação: 18834

Data: 27/04/2021

Assunto: Pagamento de taxas

Cartão de cidadão residente na
Braga, na qualidade de representante legal da CN Royal, Lda,
NIF 509685072, com sede na Rua de Adregães nº 45, 4705-336 Braga, como arrendatário do
espaço do bar das piscinas da Rodovia, sito no Complexo da Rodovia, vem por este meio
solicitar a isenção do pagamento das rendas face ao investimento realizado, aos
constrangimentos devido à situação pandémica e à diminuição/ausência de afluência de
utentes, com consequente decréscimo na receita, desde o início do contrato celebrado, datado
de 01 de Julho de 2020.

À consideração superior,

Cn Royal, Lda.
Rua de Adregães, nº 45
4705-36 Braga

Carta entregue em mãos.

Assunto: Pedido de suspensão de pagamento de renda

Exmo. Sr.
Presidente da Câmara Municipal de Braga, Dr. Ricardo Rio,

Cartão de cidadão residente na
Braga, na qualidade de representante legal de
CN Royal, Lda, NIF 509685072, com sede na Rua de Adregães nº 45, 4705-336 Braga, e
de arrendatário do espaço do bar das piscinas da Rodovia, sito no complexo da Rodovia,
vimos por este meio solicitar a suspensão do pagamento das rendas face a todo o
investimento realizado e a toda a situação pandémica e diminuição/ausência de
afluência de transeuntes/utentes, com consequente decréscimo na receita, desde o
início do contrato celebrado, datado de 01 de Julho de 2020.

Braga, 27 de Abril de 2021

C.N. Royal, Lda.
A Gerência